

Estratégia Digital



 Fiscalização de Pessoal ▼



AMBIÇÕES DIGITAIS
(Impactos e resultados esperados)



INDICADORES



JORNADA DIGITAL
(Principais marcos que promovem as ambições)



AÇÕES
(Esforço para alcance dos marcos)



ATORES



PLATAFORMA DIGITAL



VISÃO GERAL »



Implantação de novo
paradigma para a Fiscalização
de Pessoal no contexto **digital**

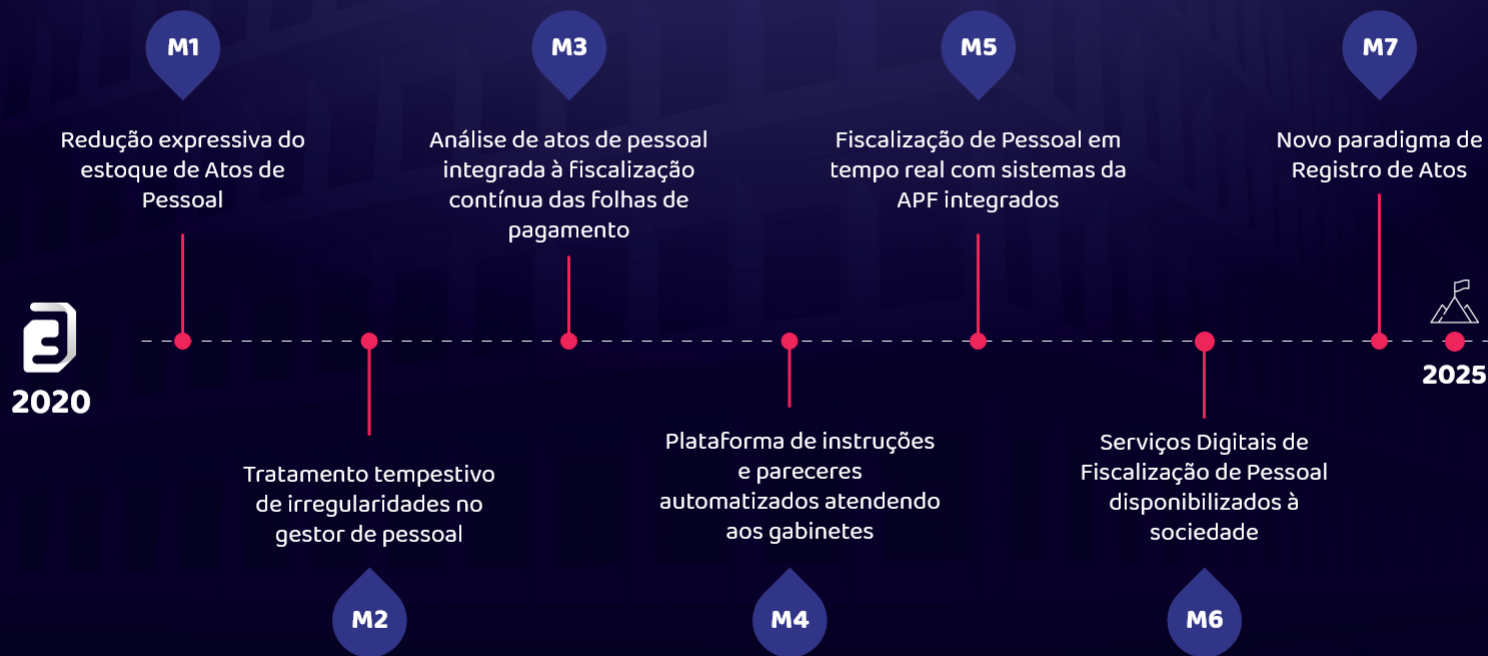


Prevenção em tempo real de
pagamentos indevidos na
concessão de benefícios



Atuação sistêmica e
integrada entre os atores da
administração pública e da
sociedade

VISÃO GERAL »



VISÃO GERAL



AMBIÇÕES DIGITAIS
Impactos e resultados esperados



JORNADA DIGITAL
Principais marcos que promovem as ambições



Implantação de novo **paradigma** para a Fiscalização de Pessoal no contexto **digital**

M1

Redução expressiva do estoque de Atos de Pessoal (desativação do SISAC)

M2

Tratamento tempestivo de irregularidades no gestor de pessoal

M3

Análise de atos de pessoal integrada à Fiscalização contínua das folhas de pagamento

M4

Plataforma de instruções e pareceres automatizados atendendo aos gabinetes

M5

Fiscalização de Pessoal em tempo real com sistemas da APF integrados

M7

Novo paradigma de Registro de Atos



Prevenção em tempo real de pagamentos indevidos na concessão de benefícios

M2

Tratamento tempestivo de irregularidades no gestor de pessoal

M3

Análise de atos de pessoal integrada à Fiscalização contínua das folhas de pagamento

M5

Fiscalização de Pessoal em tempo real com sistemas da APF integrados

M7

Novo paradigma de Registro de Atos



Atuação sistêmica e integrada entre os atores da **administração pública** e da **sociedade**

M2

Tratamento tempestivo de irregularidades no gestor de pessoal

M3

Análise de atos de pessoal integrada à Fiscalização contínua das folhas de pagamento

M4

Plataforma de instruções e pareceres automatizados atendendo aos gabinetes

M6

Serviços Digitais de Fiscalização de Pessoal disponibilizados à sociedade



Implantação de novo paradigma para a Fiscalização de Pessoal no contexto digital



MARCOS

- M1 Redução expressiva do estoque de Atos de Pessoal (desativação do SISAC)
- M2 Tratamento tempestivo de irregularidades no gestor de pessoal
- M3 Análise de atos de pessoal integrada à fiscalização contínua das folhas de pagamento
- M4 Plataforma de instruções e pareceres automatizados atendendo aos gabinetes
- M5 Fiscalização de Pessoal em tempo real com sistemas da APF integrados
- M7 Novo paradigma de Registro de Atos



Prevenção em tempo real de pagamentos indevidos na concessão de benefícios



MARCOS

M2

Tratamento tempestivo de irregularidades no gestor de pessoal

M3

Análise de atos de pessoal integrada à fiscalização contínua das folhas de pagamento

M5

Fiscalização de Pessoal em tempo real com sistemas da APF integrados

M7

Novo paradigma de Registro de Atos



Atuação sistêmica e integrada entre os atores da administração pública e da sociedade



MARCOS

M2

Tratamento tempestivo de irregularidades no gestor de pessoal

M3

Análise de atos de pessoal integrada à fiscalização contínua das folhas de pagamento

M7

Serviços Digitais de Fiscalização de Pessoal disponibilizados à sociedade

AÇÕES

- 1.1 - 1. Ampliar e sofisticar a construção das trilhas de auditoria baseadas em dados e riscos;
- 1.2 - 2. Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 1.3 - 3. Intensificar o uso de inteligência artificial para analisar as respostas dos gestores;
- 2.4 - 4. Intensificar o uso de inteligência artificial para acompanhamento de decisões judiciais e consolidação das bases de jurisprudências;
- 3.3 - 5. Disponibilizar plataforma integrada para a atuação dos atores internos do TCU relacionados ao tema Pessoal (Sefip, Ministério Público e Gabinetes de Ministros);
- 3.4 - 6. Viabilizar atuação e interação do gestor de pessoal com o TCU por meio de informações da situação vigente e dos indícios de irregularidades disponibilizados na Plataforma Conecta-TCU;
- 3.5 - 7. Desenvolver integrações dos sistemas de pessoal da administração pública com o TCU (SIAPE e etc.);
- 2.7 - 8. Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 2.8 - 9. Estruturar núcleo de TI na Sefip;
- 3.6 - 10. Desenvolver eventos de sensibilização e acultramento digital;
- 3.9 - 14. Redesenhar e integrar os processos de trabalho relacionados à análise de Atos e fiscalização de pessoal com foco no digital (gestor, controle interno, Sefip, Ministério Público e gabinetes de ministros);
- 3.10 - 15. Elaborar arcabouço normativo para institucionalizar o processo de fiscalização contínua no TCU.

M1

Redução expressiva do estoque de Atos de Pessoal



AÇÕES

- 1.1) Ampliar e sofisticar a construção das trilhas de auditoria baseadas em dados e riscos;
- 1.2) Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 2.4) Intensificar o uso de inteligência artificial para acompanhamento de decisões judiciais e consolidação das bases de jurisprudências;
- 1.4) Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 1.5) Estruturar núcleo de TI na Sefip;
- 1.4) Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 1.7) Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- 1.8 - 13. Ampliar as parcerias e estabelecer acordos de cooperação para integração de sistemas e intercâmbio de dados com instituições da esfera federal, estadual e municipal

AÇÕES

- 1.1 - 1. Ampliar e sofisticar a construção das trilhas de auditoria baseadas em dados e riscos;
- 1.2 - 2. Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 1.3 - 3. Intensificar o uso de inteligência artificial para analisar as respostas dos gestores;
- 2.5 - 6. Viabilizar atuação e interação do gestor de pessoal com o TCU por meio de informações da situação vigente e dos indícios de irregularidades disponibilizados na Plataforma Conecta-TCU;
- 2.6 - 7. Desenvolver integrações dos sistemas de pessoal da administração pública com o TCU (SIAPE e etc.);
- 2.7 - 8. Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 2.8 - 9. Estruturar núcleo de TI na SeFip;
- 2.9 - 11. Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- 2.10 - 12. Otimizar o processo de obtenção das bases de dados e governança das informações relacionadas aos dados utilizados para a fiscalização de Pessoal;
- 3.8 - 13. Ampliar as parcerias e estabelecer acordos de cooperação para integração de sistemas e intercâmbio de dados com instituições da esfera federal, estadual e municipal

AÇÕES

- 1.1) Ampliar e sofisticar a construção das trilhas de auditoria baseadas em dados e riscos;
- 1.2) Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 2.4) Intensificar o uso de inteligência artificial para acompanhamento de decisões judiciais e consolidação das bases de jurisprudências;
- 3.3) Disponibilizar plataforma integrada para a atuação dos atores internos do TCU relacionados ao tema Pessoal (Sefip, Ministério Público e Gabinetes de Ministros);
- 2.5) Viabilizar atuação e interação do gestor de pessoal com o TCU por meio de informações da situação vigente e dos indícios de irregularidades disponibilizados na Plataforma Conecta-TCU;
- 1.4) Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 1.5) Estruturar núcleo de TI na Sefip;
- 1.7) Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- 3.7) Otimizar o processo de obtenção das bases de dados e governança das informações relacionadas aos dados utilizados para a fiscalização de Pessoal;
- 3.8) Ampliar as parcerias e estabelecer acordos de cooperação para integração de sistemas e intercâmbio de dados com instituições da esfera federal, estadual e municipal;
- 3.9) Redesenhar e integrar os processos de trabalho relacionados à análise de Atos e fiscalização de pessoal com foco no digital (gestor, controle interno, Sefip, Ministério Público e gabinetes de ministros);

M4

Plataforma de instruções e pareceres automatizados atendendo aos gabinetes



AÇÕES

- 1.4) Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 1.5) Estruturar núcleo de TI na Sefip;
- 1.7) Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- 1.8) Redesenhar e integrar os processos de trabalho relacionados à análise de Atos e fiscalização de pessoal com foco no digital (gestor, controle interno, Sefip, Ministério Público e gabinetes de ministros); e

AÇÕES

- 1.1) Ampliar e sofisticar a construção das trilhas de auditoria baseadas em dados e riscos;
- 1.2) Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 1.3) Intensificar o uso de inteligência artificial para analisar as respostas dos gestores;
- 2.4) Intensificar o uso de inteligência artificial para acompanhamento de decisões judiciais e consolidação das bases de jurisprudências;
- 2.5) Viabilizar atuação e interação do gestor de pessoal com o TCU por meio de informações da situação vigente e dos indícios de irregularidades disponibilizados na Plataforma Conecta-TCU;
- 2.6) Desenvolver integrações dos sistemas de pessoal da administração pública com o TCU (SIAPE e etc.);
- 2.7) Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 2.8) Estruturar núcleo de TI na Sefip;
- 2.9) Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- 2.10) Otimizar o processo de obtenção das bases de dados e governança das informações relacionadas aos dados utilizados para a fiscalização de Pessoal;
- 3.8) Ampliar as parcerias e estabelecer acordos de cooperação para integração de sistemas e intercâmbio de dados com instituições da esfera Federal, estadual e municipal;
- 2.11) Redesenhar e integrar os processos de trabalho relacionados à análise de Atos e fiscalização de pessoal com foco no digital (gestor, controle interno, Sefip, Ministério Público e gabinetes de ministros);
- 3.10) Elaborar arcabouço normativo para institucionalizar o processo de fiscalização contínua no TCU.

M6

Serviços Digitais de Fiscalização de Pessoal disponibilizados à sociedade



AÇÕES

- ⌚ 2.9 - 11. Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- ⌚ 2.10 - 12. Otimizar o processo de obtenção das bases de dados e governança das informações relacionadas aos dados utilizados para a fiscalização de Pessoal;



Implantação de novo paradigma para a Fiscalização de Pessoal no contexto digital

- 1.1) Ampliar e sofisticar a construção das trilhas de auditoria baseadas em dados e riscos;
- 1.2) Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 1.3) Intensificar o uso de inteligência artificial para analisar as respostas dos gestores;
- 1.4) Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 1.5) Estruturar núcleo de TI na SeFip;
- 1.6) Desenvolver eventos de sensibilização e aculturação digital;
- 1.7) Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- 1.8) Redesenhar e integrar os processos de trabalho relacionados à análise de Atos e Fiscalização de pessoal com foco no digital (gestor, controle interno, SeFip, Ministério Público e gabinetes de ministros);
- 1.9) Elaborar arcabouço normativo para institucionalizar o processo de fiscalização contínua no TCU.



Prevenção em tempo real de pagamentos indevidos na concessão de benefícios

- 2.1) Ampliar e sofisticar a construção das trilhas de auditoria baseadas em dados e riscos;
- 2.2) Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 2.3) Intensificar o uso de inteligência artificial para analisar as respostas dos gestores;
- 2.4) Intensificar o uso de inteligência artificial para acompanhamento de decisões judiciais e consolidação das bases de jurisprudências;
- 2.5) Viabilizar atuação e interação do gestor de pessoal com o TCU por meio de informações da situação vigente e dos indícios de irregularidades disponibilizados na Plataforma Conecta-TCU;
- 2.6) Desenvolver integrações dos sistemas de pessoal da administração pública com o TCU (SIAPE e etc.);
- 2.7) Desenvolver trilhas de capacitação em análise de dados;
- 2.8) Estruturar núcleo de TI na SeFip;
- 2.9) Criar oportunidades para uniformização de entendimentos, teses e jurisprudência entre os atores envolvidos no tema Pessoal;
- 2.10) Otimizar o processo de obtenção das bases de dados e governança das informações relacionadas aos dados utilizados para a fiscalização de Pessoal;
- 2.11) Redesenhar e integrar os processos de trabalho relacionados à análise de Atos e Fiscalização de pessoal com foco no digital (gestor, controle interno, SeFip, Ministério Público e gabinetes de ministros);
- 2.12) Elaborar arcabouço normativo para institucionalizar o processo de fiscalização contínua no TCU.



Atuação sistêmica e integrada entre os atores da administração pública e da sociedade

- 2. Tornar corporativa e integrada a solução de tratamento de indícios de irregularidades;
- 3. Intensificar o uso de inteligência artificial para analisar as respostas dos gestores
- 5. Disponibilizar plataforma integrada para a atuação dos atores internos do TCU relacionados ao tema Pessoal (SeFip, Ministério Público e Gabinetes de Ministros);
- 6. Viabilizar atuação e interação do gestor de pessoal com o TCU por meio de informações da situação vigente e dos indícios de irregularidades disponibilizados na Plataforma Conecta-TCU;
- 7. Desenvolver integrações dos sistemas de pessoal da administração pública com o TCU (SIAPE e etc.);
- 10. Desenvolver eventos de sensibilização e aculturação digital;
- 12. Otimizar o processo de obtenção das bases de dados e governança das informações relacionadas aos dados utilizados para a fiscalização de Pessoal;
- 13. Ampliar as parcerias e estabelecer acordos de cooperação para integração de sistemas e intercâmbio de dados com instituições da esfera federal, estadual e municipal;
- 14. Redesenhar e integrar os processos de trabalho relacionados à análise de Atos e Fiscalização de pessoal com foco no digital (gestor, controle interno, SeFip, Ministério Público e gabinetes de ministros);
- 15. Elaborar arcabouço normativo para institucionalizar o processo de fiscalização contínua no TCU.



ATORES INTERNOS

FORNECEDORES

Setic

SGI

STI

Seccor

Semec

CONSUMIDORES

SecexEduc

SecexTrabalho

SecexPrevi

SecexDefesa

SecexAdmin

Serur

Conjur

Gab. Ministros

Gab. Procuradores



ATORES EXTERNOS

FORNECEDORES

Órgãos da APF
Gestores da Folha de pagamento

Ministério da Economia (Siape)

TCEs, TCMs e Controladorias
cadastro e folha de pagamento da UJs

Órgãos da APF
Controles Internos

Órgãos da APF
Gestores de Pessoal

Servidores ativos, inativos
e pensionistas

CONSUMIDORES

Órgãos da APF
Gestores de Pessoal

Órgãos da APF
Controles Internos

Sociedade Civil

Ministério Público

AGU

TCEs, TCMs e Controladorias
Módulo Índícios

Servidores ativos, inativos e
pensionistas

A análise do **Painel de Índícios em Folha de Pagamento** (desenvolvido pela Sefip) poderá subsidiar a criação de novos indicadores.

1

Índice de tempestividade da atuação do gestor de pessoal baseado nos indícios de irregularidades disponibilizados pelo TCU:

Fórmula de cálculo: Média do tempo decorrido entre a disponibilização do indício para esclarecimento e o respectivo arquivamento ou colocação em monitoramento após análise do auditor do TCU = $\frac{\sum (\text{data de arquivamento ou monitoramento} - \text{data de disponibilização})}{N}$
N, N é o número de indícios arquivados ou em monitoramento

2

Percentual de atos instruídos e eventos de folha verificados de forma automatizados pelo TCU:

Fórmula de cálculo: = [Quantidade de atos instruídos de forma automáticos/Quantidade total de atos instruídos]

3

Percentual de Instruções, pareceres e acórdãos realizados de forma automatizada em cada instância do TCU (Sefip, MP e Gabinetes de ministros):

Fórmula de cálculo: [Quantidade total de instruções de forma automáticas/Quantidade total de instruções]

4

Percentual de servidores capacitados nas competências necessárias para fiscalização digital:

Fórmula de cálculo: [Quantidade de servidores da Sefip capacitados/lotação da Sefip]





Acompanhamento da Gestão das
Instituições Federais de Ensino (IFEs)



AMBIÇÕES DIGITAIS

(Impactos e resultados esperados)



JORNADA DIGITAL

(Principais marcos que promovem as ambições)



AÇÕES

(Esforço para alcance dos marcos)



INDICADORES



ATORES



PLATAFORMA DIGITAL



VISÃO GERAL »



Avaliação contínua e automatizada da efetividade e da conformidade das IFEs (modelo a ser adotado)



Atuação em rede para acompanhamento da gestão das IFEs

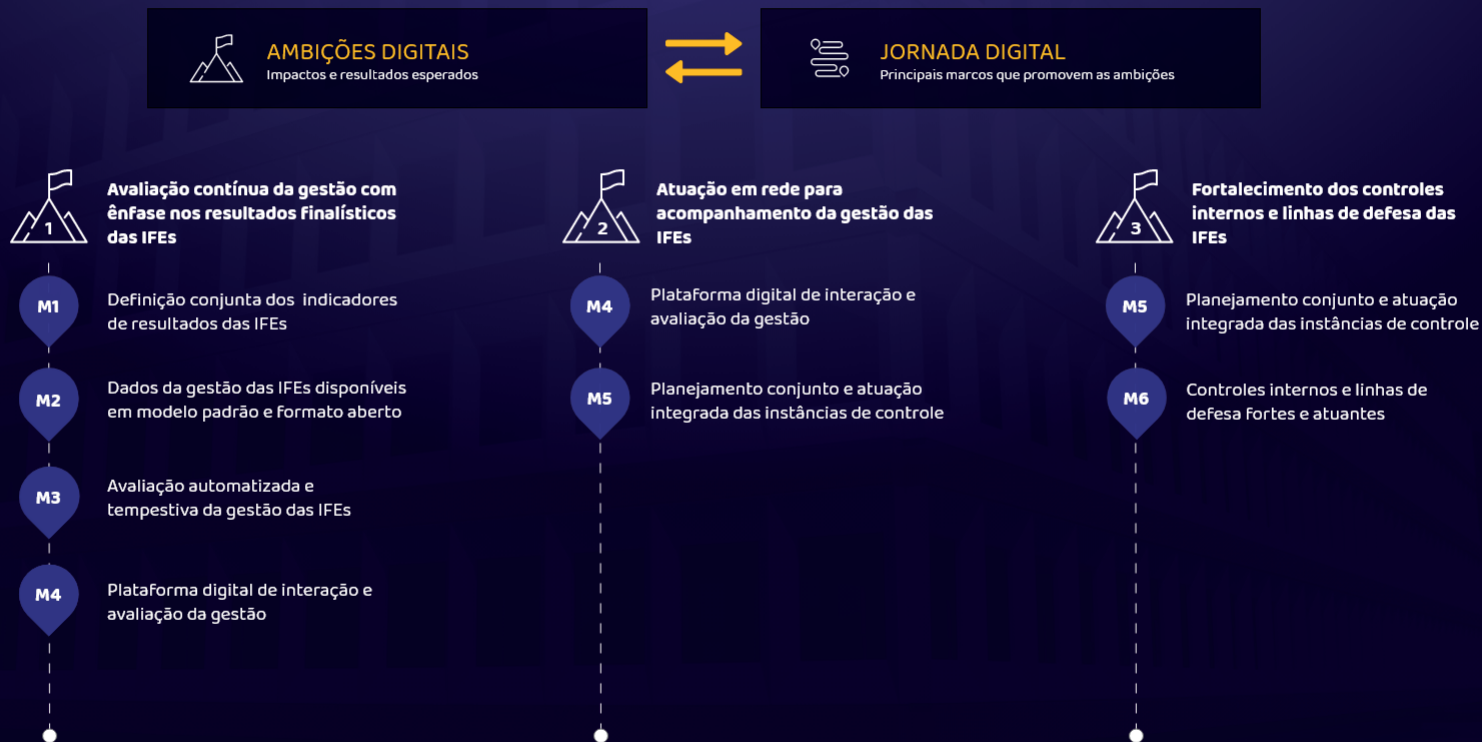


Fortalecimento dos controles internos e linhas de defesa das IFEs

VISÃO GERAL »



VISÃO GERAL





Avaliação contínua da gestão com ênfase nos resultados finalísticos das IFES



MARCOS

M1

Definição Conjunta dos Indicadores de Resultados das IFES

M2

Dados da gestão das IFES disponíveis em modelo padrão e formato aberto

M3

Avaliação automatizada e tempestiva da gestão das IFES

M4

Plataforma digital de interação e avaliação da gestão



Atuação em rede para acompanhamento da gestão das IFEs



MARCOS

M4

Plataforma digital de interação e avaliação da gestão

M5

Planejamento conjunto e atuação integrada das instâncias de controle



Fortalecimento dos controles internos e linhas de defesa das IFEs



MARCOS



Planejamento conjunto e atuação integrada das instâncias de controle



Controles internos e linhas de defesa fortes e atuantes



Definição Conjunta dos Indicadores de Resultados das IFES



AÇÕES



1.1 Definir indicadores de tendência e de resultado das IFES

M2

Dados da gestão das IFEs disponíveis em modelo padrão e formato aberto



AÇÕES



1.2) Estabelecer modelo lógico de dados para acompanhamento da gestão

M3

Avaliação automatizada e tempestiva da gestão das IFEs



AÇÕES

-  1.3) Desenvolver rotinas de coleta, análise e avaliação automatizada da gestão com ênfase nos resultados finalísticos
-  1.4) Conceber produtos consolidadores das avaliações da efetividade e da conformidade da gestão, com foco na sociedade
-  1.5) Definir critérios para execução de ações de controle baseadas em análise de risco da gestão

M4

Plataforma digital de interação e avaliação da gestão



AÇÕES

-  1.3) Definir critérios para execução de ações de controle baseadas em análise de risco da gestão
-  1.4) Elaborar produto consolidador das avaliações com foco na sociedade
-  1.5) Definir critérios para execução de ações de controle baseadas em análise de risco da gestão
-  2.1) Estabelecer mecanismos permanentes de interlocução com as instituições

M5

Planejamento conjunto e atuação integrada das instâncias de controle



AÇÕES

-  2.1) Estabelecer mecanismos permanentes de interlocução com as instituições
-  2.2) Atuar forma integrada e articulada com as UTs especializadas e SECs
-  2.3) Garantir que todos os dados das IFEs estejam disponíveis em bases públicas/sistemas estruturantes, centralizados, com acesso público e em formato de Dados Abertos
-  2.4) Elaborar planejamento estratégico conjunto das ações de controle com as instituições
-  3.2) Disponibilizar instrumentos de avaliação e detecção de indícios para as instâncias de controle internos, de modo a induzir a autotutela

M6

Controles internos e linhas de defesa fortes e atuantes



AÇÕES

-  3.1) Avaliar a maturidade da gestão de riscos das IFEs
-  3.2) Disponibilizar instrumentos de avaliação e detecção de indícios para as instâncias de controle internos, de modo a induzir a autotutela
-  3.3) Efetuar avaliação dos Planos de Auditoria Interna (PAINT e RAINTE) das IFEs
-  3.4) Acompanhar o atendimento pelas IFEs das medidas proferidas pelo Sistema de Controle Interno
-  3.5) Fomentar ações de capacitação com os agentes integrantes das auditorias internas das IFEs



1.1) Definir indicadores de tendência e de resultado das IFEs

- Definição de indicadores padronizados, dados e ações a serem utilizados na avaliação
- Validar novos indicadores de gestão das IFEs com partes interessadas e fazer projeto piloto
- Promover workshops online com as IFEs para que eles definam indicadores finalísticos comuns
- Assegurar que os resultados das avaliações estejam disponíveis em tempo real aos gestores da IFEs
- Estabelecimento de metas e objetivos que possam servir de parâmetro para avaliação da evolução dos indicadores de desempenho
- Definir metodologia própria para avaliação da força de trabalho das IFEs
- Disponibilizar aplicativos de avaliação online por parte dos beneficiários das IFEs (alunos)
- Captação de avaliações de usuários das IFEs via app e baseado nas cartas de serviço ao cidadão



1.2) Estabelecer modelo lógico de dados para acompanhamento da gestão

- Benchmarking com a solução da plataforma Nilo Peçanha que uniformiza parte avaliação Institutos Federais
- Desenvolver modelo lógico de dados (propósito, objetivos, indicadores, metas, ações, recursos)
- Induzir a padronização dos sistemas de gestão das IFEs
- Desenvolver sistema de alimentação dos resultados pelas IFEs
- Desenvolver sistema de planejamento padrão p/ IFEs
- Aprimorar nosso conhecimento das IFEs por meio do conhecimento dos sistemas utilizados pelas IFEs
- Estabelecer requisitos dos resultados esperados pelas IFEs
- TCU precisa do conjunto de dados que nos permita avaliar o resultado desses dados
- Utilizar o FORPLAD e o INEP para nos auxiliar a obter os dados necessários em virtude da diversidade de padrões existentes atualmente
- Induzir a transparência e o diálogo para fora do desenvolvimento desses sistemas
- Estabelecimento de modelo de dados lógico padrão que nos permita identificar a fotografia de cada IFE

1.3) Definir critérios para execução de ações de controle baseadas em análise de risco da gestão



- Acompanhamentos temáticos, priorizando temas vinculados á atividade finalítica das IFEs
- Definir temas anuais para serem acompanhados pelas auditorias internas (quase como uma FOC)
- Avaliar horizontalmente a colaboração das fundações de apoio no desempenho das IFEs
- Auditorias contínuas com uso de dados para temas específicos

1.4) Elaborar produto consolidador das avaliações com foco na sociedade



- Estabelecer produto consolidados das análises e avaliações feitas
- Estabelecer produto similar às contas anuais, pactuar os pontos de controle



1.5) Desenvolver rotinas de coleta, análise e avaliação automatizada da gestão

- Desenvolver rotinas de coleta, análise e avaliação (semi)automatizada dos resultados pelo TCU
- Desenvolver tipologias/ trilhas de auditoria para identificação de riscos na gestão das IFEs
- Acompanhar os indicadores de desempenho das IFEs
- Desenvolver sistema interno para captação e análise dos resultados das IFEs
- Apropriar e conhecer mais a nossa clientela
- Ferramenta de coleta e tratamento de dados dos sites de transparência - IN 84/2020



2.1) Estabelecer mecanismos permanentes de interlocução com as instituições (Comunidade, Plataforma e eventos de interação)

- Promover o Fórum sobre as IFEs, ao menos bianualmente
- Criar Comunidade Virtual de colaboração (Moodle, SharePoint)
- Construir espaço de interação e compartilhamento de boas práticas pelas IFEs
- Compartilhar boas praticas encontradas com demais IFEs
- Manter interlocução e integração permanente com as UAIGs das IFEs (via Fonai e Unamec)
- O TCU deve manter interlocução e integração permanente com o Fórum dos Procuradores Gerais das IFEs (AGU/PGF)
- O TCU deve manter interlocução e integração permanente com a Andifes e seus fóruns (ForPlad, ForGEP, etc)
- O TCU deve induzir que as IFEs, em suas diversas áreas (TI, gestão de pessoas, licitações, obras, pesquisa) atuem de modo articulado, integrado e alinhado, evitando duplicidade de esforços
- O TCU deve disponibilizar às IFEs os dados/ferramentas de controle automatizado que dispõe (Alice, e-Pessoal/Indícios, Painéis de Transferências Voluntárias, MRC, etc)
- Estimular os controladores das IFEs a participarem das redes de controle locais [avaliar o risco de misturar controle e gestão
- Utilizar a plataforma da rede de controle nacional como forma de incorporar uma plataforma de troca de informações entre o controle e as IFEs
- Fazer discussões preliminares a execuções das ações nas ifes
- Avaliar com as IFEs quais as áreas (risco, relevância, estratégicas) que elas entendam como sendo necessárias que o TCU realize ações (Planejamento Operacional colaborativo com a UJ)



2.2) Atuar forma integrada e articulada com as UTs especializadas e SECs

- Canal de comunicação efetivo do TCU com o controle interno, auditoria interna e gestores
- Aumentar intercâmbio de informações entre o TCU e as auditorias internas das IFEs para fins de elaboração do planejamento das atividades e seleção de situações-problema, objetos de controle, linhas de ação e ações de controle.
- Focar mais no processo de comunicação com as unidades de controle interno.
- Incentivos à disseminação de boas práticas.
- SecexEDUC atuar de forma integrada e articulada com as demais UTs quanto a áreas especializadas (Sefip, SefTI, SeinfraUrbana, Secex-TCE, SecexADM, Selog) e SECs estaduais, valendo-se das ferramentas já existentes (e-Pessoal, Painéis, etc) e contribuindo para seus aperfeiçoamentos, inclusive como piloto de ações - coordenação interna horizontal e vertical, incluindo relatores
- Agregar SEFIP e SELOG à estratégia para que seja integral a avaliação da IFEs
- Envolver os Relatores nesta atuação em rede (elevado risco, caso contrário)
- A SecexEDUC deve atuar de forma integrada e articulada com as SECs estaduais, valendo-se do conhecimento e da presença nacional
- TCU deve atuar seletivamente: DRC devem ser tratados internamente (pelo Controle Interno)



2.3) Garantir que todos os dados das IFEs estejam disponíveis em bases públicas/sistemas estruturantes, centralizados, com acesso público e em formato de Dados

- Todos os dados que hoje não estão em bases públicas/sistemas estruturantes (Siafi, Siape, Siconv, etc), devem ser centralizados em plataforma de acesso público (ex: contratos com FAs, bolsas)
- A página de Transparência e Prestação de Contas das IFEs (IN 84/2020), deverá ter um padrão visual semelhante e amplitude de informações/dados o mais ampla possível
- Promover transparência na divulgação dos resultados Finalísticos, fomentando o controle social
- Tribunal deve enfatizar e promover a transparência de todos os dados das IFEs (prestação de contas, entrega para as entidades, questões internas das universidades)
- Promover avaliação do cumprimento da LAI pelas IFEs no estilo do EBT 360 da CGU

2.4) Elaborar planejamento estratégico conjunto das ações de controle com as instituições

- Elaboração de planejamento estratégico conjunto (inclui o propósito do trabalho)
- Estabelecimento das responsabilidades de cada instituição da rede.
- Estabelecer e negociar uma estratégia de trabalho com cada parceiro relevante
- Independente do futuro corpo dirigente do TCU, ter um estratégia de longo prazo para as IFEs (motivo: estabilidade nas relações com os parceiros)



3.1) Avaliar a maturidade da gestão de riscos das IFES

- 5.1 Criação de sistema de gestão de riscos capaz de facilitar a comunicação entre pessoas com responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos nas IFEs, permitindo uma visão integrada das atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos.
- 5.2 Realizar avaliação dos controles internos das IFEs.
- 5.3 Avaliação e acompanhamento da estrutura e das ações da área de gestão de riscos.
- 5.4 TCU como indutor de normativos que empoderem especialmente as Audins das IFEs.
- 5.5 Elaboração de cartilha pelo TCU quanto aos principais pressupostos para implantação de um CI efetivo.
- 5.6 Estabelecer canal de contato direto das IFEs com a Secex Educação.

3.2) Disponibilizar instrumentos de avaliação e detecção de indícios para as instâncias de controle internos, de modo a induzir a autotutela



- Disponibilizar os indícios de irregularidades detectados pelas Fisc Contínua.
- Sugerir procedimentos a serem executados pelas IFEs p/ regularizar os indícios.
- Informar as normas que estão sendo violadas.



3.3) Efetuar avaliação dos Planos de Auditoria Interna (PAINT e RAIN) das IFES

- Conhecer o Plano de Auditoria Interna (PAINT) das IFES.
- App de autoavaliação do PAINT e RAIN.
- TCU realizando avaliações periódicas do PAINT e do RAIN das IFES.
- Maior enfoque das ações previstas nos planos de auditorias internas (Paint) em áreas finalísticas para que seja assegurado razoável nível de certeza na consecução dos objetivos das IFES.
- Elaborar metodologia baseada em gestão de riscos das IFES para então definir o planejamento.



3.4) Acompanhar o atendimento pelas IFES das medidas proferidas pelo Sistema de Controle Interno

- 3.1 Acessar o sistema eletrônico de monitoramento onde sejam informadas as providências adotadas pelas IFES em decorrência dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna.
- 3.2 Acompanhamento sistemático do monitoramento de recomendações do Controle Interno.
- 3.4 Fortalecer a liderança no TCU para conhecer as informações relacionadas às IFES.



3.5) Fomentar ações de capacitação com os agentes integrantes das auditorias internas das IFES

- TCU como facilitador de capacitações.
- Incentivar a promoção de treinamentos para aprimorar controles internos com TCU e outros parceiros.
- Compartilhamento de análises de auditoria contínua com Audins e com gestor.
- Criação de fórum anual com a CGU e Audins.
- Incentivar a capacitação das Audins para melhor ser agente de acompanhamento e resultados da gestão.
- Auditores do TCU devem se capacitar em relação às informações das IFES.



ATORES INTERNOS



ATORES EXTERNOS

SecexEduc

SeFip

Sefti

SeinfraUrbana

Secex-TCE

SecexAdmin

Selog

ISC

SIGI

STI

Setic

Seplan

SECs

CGU

AGU

Ministério da Educação

Andifes

IFEs

UNAMEC

FONAI-MEC

Conif



Avaliação contínua da gestão com ênfase nos resultados finalísticos das IFEs

- ⌚ 1.1) Definir indicadores de tendência e de resultado das IFEs +
- ⌚ 1.2) Estabelecer modelo lógico de dados para acompanhamento da gestão +
- ⌚ 1.3) Definir critérios para execução de ações de controle baseadas em análise de risco da gestão +
- ⌚ 1.4) Elaborar produto consolidador das avaliações com foco na sociedade +
- ⌚ 1.5) Desenvolver rotinas de coleta, análise e avaliação automatizada da gestão +



Atuação em rede para acompanhamento da gestão das IFEs

- ⌚ 2.1) Estabelecer mecanismos permanentes de interlocução com as instituições (Comunidade, Plataforma e eventos de interação) +
- ⌚ 2.2) Atuar de forma integrada e articulada com as UTs especializadas e SECs +
- ⌚ 2.3) Garantir que todos os dados das IFEs estejam disponíveis em bases públicas/sistemas estruturantes, centralizados, com acesso público e em formato de Dados Abertos +
- ⌚ 2.4) Elaborar planejamento estratégico conjunto das ações de controle com as instituições +



Fortalecimento dos controles internos e linhas de defesa das IFEs

- ⌚ 3.1) Avaliar a maturidade da gestão de riscos das IFEs +
- ⌚ 3.2) Disponibilizar instrumentos de avaliação e detecção de indícios para as instâncias de controle internos, de modo a induzir a autotutela +
- ⌚ 3.3) Efetuar avaliação dos Planos de Auditoria Interna (PAINT e RAIN) das IFES +
- ⌚ 3.4) Acompanhar o atendimento pelas IFES das medidas proferidas pelo Sistema de Controle Interno +
- ⌚ 3.5) Fomentar ações de capacitação com os agentes integrantes das auditorias internas das IFES +

1

Índice de cobertura das avaliações automatizadas da gestão das IFEs

Fórmula de cálculo: (número de IFEs com avaliação periódica da gestão automatizada) ÷ (número de IFEs)

2

Índice de cobertura da plataforma digital

Fórmula de cálculo: (número de IFEs com informações completas disponíveis na plataforma) ÷ (número de IFEs)

3

Número de instituições-usuárias ativas da plataforma digital

Fórmula de cálculo: número de instituições (IFEs, controles internos, órgãos parceiros...) das quais pelo menos um usuário acessou a plataforma pelo menos uma vez nos últimos 30 dias

4

Número de usuários ativos da plataforma digital

Fórmula de cálculo: número de usuários que acessaram a plataforma pelo menos uma vez nos últimos 30 dias

5

Índice de assegução da efetiva atuação da auditoria interna

Fórmula de cálculo: (número de IFEs em estágio de capacidade aprimorado ou intermediário na prática 3120 do iGovPúb: "Assegurar a efetiva atuação da Auditoria Interna") ÷ (número de IFEs respondentes do iGovPúb)



 Transferências da União ▼



AMBIÇÕES DIGITAIS
(Impactos e resultados esperados)



INDICADORES



JORNADA DIGITAL
(Principais marcos que promovem as ambições)



AÇÕES
(Esforço para alcance dos marcos)



ATORES



PLATAFORMA DIGITAL



VISÃO GERAL »



**Integração e acesso pleno aos sistemas
das transferências da União com
incorporação da inteligência do controle**



**Acompanhamento e atuação contínua e
em tempo real do ciclo das
transferências da União**



**Avaliação das transferências da União
com foco na efetividade das políticas
públicas**



**Fortalecimento da atuação em rede
dos atores das transferências da
União**

VISÃO GERAL »





Integração e acesso pleno aos sistemas das transferências da União com incorporação da inteligência do controle



MARCOS



Integração à Plataforma +Brasil incorporando todas as modalidades de transferências da União



Plataforma tecnológica automatizada e com acesso a todos os tipos de transferências da União

VISÃO GERAL



AMBIÇÕES DIGITAIS
Impactos e resultados esperados



JORNADA DIGITAL
Principais marcos que promovem as ambições



Integração e acesso pleno aos sistemas das transferências da União com incorporação da inteligência do controle

M1

Integração à Plataforma +Brasil incorporando todas as modalidades de transferências da União

M6

Plataforma tecnológica automatizada e com acesso a todos os tipos de transferências da União



Acompanhamento e atuação contínua e em tempo real do ciclo das transferências da União

M2

Metodologia para Fiscalização contínua em tempo real das transferências da União definida e implantada

M8

Transparência de todas as etapas do processo de acompanhamento e atuação contínua por meio de painel das transferências da União



Avaliação das transferências da União com foco na efetividade das políticas públicas

M3

Indicadores de efetividade das transferências da União implantados

M7

Metodologia para avaliação das transferências da União com foco nas políticas públicas



Fortalecimento da atuação em rede dos atores das transferências da União

M4

Rede dos atores das transferências da União fortalecida e atuante

M5

Parceiros capacitados e aptos a trabalhar com compartilhamento de dados e informações



Acompanhamento e atuação contínua e em tempo real do ciclo das transferências da União



MARCOS

M2

Metodologia para fiscalização contínua em tempo real das transferências da União definida e implantada

M8

Transparência de todas as etapas do processo de acompanhamento e atuação contínua por meio de painel das transferências da União



Avaliação contínua da gestão com ênfase nos resultados finalísticos das IFEs



MARCOS



Indicadores de efetividade das transferências da União implantados



Metodologia para avaliação das transferências da União com foco nas políticas públicas



Fortalecimento da atuação em rede dos atores das transferências da União



MARCOS

M4

Rede dos atores das transferências da União fortalecida e atuante

M5

Parceiros capacitados e aptos a trabalhar com compartilhamento de dados e informações

M2

Metodologia para fiscalização contínua em tempo real das transferências da União definida e implantada



AÇÕES



2.1) Desenvolver análise estruturada de riscos para áreas, programas, modalidades de transferência e gestores

M1

Integração à Plataforma +Brasil incorporando todas as modalidades de transferências da União



AÇÕES



1.2) Fomentar a concentração e integração das transferências da União em plataforma única

M3

Indicadores de efetividade das transferências da União implantados



AÇÕES



3.2) Induzir a definição de indicadores de efetividade das transferências da União afetos a essas principais políticas públicas

M4

Rede dos atores das transferências da União fortalecida e atuante



AÇÕES



4.1) Incentivar o fortalecimento das redes existentes e a entrada de novos parceiros, com orientação às Secretarias do TCU a firmar termos de cooperação com novos atores

M5

Parceiros capacitados e aptos a trabalhar com compartilhamento de dados e informações



AÇÕES



4.5) Realizar ações de capacitação junto e com os parceiros nas competências necessárias para o trabalho em rede



Plataforma tecnológica automatizada e com acesso a todos os tipos de transferências da União



AÇÕES



- 1.3) Desenvolver plataforma tecnológica para acessar as transferências da União, aplicar regras/tipologias automatizadas e emitir alertas

M7

Metodologia para avaliação das transferências da União com foco nas políticas públicas



AÇÕES



- 3.3) Definir e institucionalizar metodologia orientada para avaliação das transferências da União com foco nas políticas públicas

M8

Transparência de todas as etapas do processo de acompanhamento e atuação contínua por meio de painel das transferências da União



AÇÕES



2.3) Construir ferramentas adequadas de exibição em tempo real das informações



Integração e acesso pleno aos sistemas das transferências da União com incorporação da inteligência do controle

- 1.1) Negociar a criação de perfil de auditor para todos os sistemas de transferências da União, com visão de todas as informações, e a possibilidade de baixar dados e documentos pelos órgãos de controle
- 1.2) Fomentar a concentração e integração das transferências da União em plataforma única
- 1.3) Desenvolver plataforma tecnológica para acessar as transferências da União, aplicar regras/tipologias automatizadas e emitir alertas
- 1.4) Buscar, junto à Administração Pública, a unificação de formas semelhantes de transferências sob o mesmo conjunto de normas/sistemas



Acompanhamento e atuação contínua e em tempo real do ciclo das transferências da União

- 2.1) Desenvolver análise estruturada de riscos para áreas, programas, modalidades de transferência e gestores
- 2.2) Definir e institucionalizar metodologia para fiscalização contínua em tempo real das transferências
- 2.3) Construir ferramentas adequadas de exibição em tempo real das informações
- 2.4) Identificar os principais riscos nas contratações de maior materialidade e relevância associadas à Covid-19



Avaliação das transferências da União com foco na efetividade das políticas públicas

- 3.1) Conhecer as principais políticas públicas, com o detalhamento de seus processos de trabalho, e como as transferências da União a elas vinculadas se propõem a impactá-las
- 3.2) Induzir a definição de indicadores de efetividade das transferências da União afetos a essas principais políticas públicas
- 3.3) Definir e institucionalizar metodologia orientada para avaliação das transferências da União com foco nas políticas públicas
- 3.4) Estabelecer ranking sobre instituições que melhor aplicaram os recursos transferidos
- 3.5) Estimular a pesquisa sobre a satisfação dos usuários dos serviços executados



Acompanhamento e atuação contínua e em tempo real do ciclo das transferências da União

- 4.1) Incentivar o fortalecimento das redes existentes e a entrada de novos parceiros, com orientação às Secretarias do TCU a firmar termos de cooperação com novos atores
- 4.2) Identificar possibilidades de aprimoramento legal/normativo para favorecer atuação integrada e efetiva dos atores envolvidos nas Transferências com Foco nos resultados obtidos
- 4.3) Simplificar os trâmites para o compartilhamento de dados e informações de inteligência entre os atores
- 4.4) Estimular a ação conjunta com os parceiros da rede para o alcance dos objetivos pactuados nas Transferências
- 4.5) Realizar ações de capacitação junto e com os parceiros nas competências necessárias para o trabalho em rede



ATORES INTERNOS

Segecex
unidades especializadas

Segepres

Seccor

ISC

SECs

STI

Secex Admin

Secex TCE

Copin

SGI

Setic

Seplan



ATORES EXTERNOS

CGU

Redes de controle locais

Detru-ME

Ministério da Economia

Todos os ministérios

1

Nível de acesso do TCU ao universo das transferências da União

Fórmula de cálculo: (quantidade de modalidades de transferências da União acessadas pelo TCU) / (total de modalidades de transferências da União)

2

Incremento de ações em redes relacionadas às Transferências da União

Fórmula de cálculo: quantidade de ações em rede relacionadas às transferências da União (zero + n) / quantidade de ações em rede relacionadas às transferências da União (zero)

3

Nível de avaliação das transferências da União com foco nas políticas públicas

Fórmula de cálculo: *

(Obs: * construir indicador após estudo das políticas públicas e definição da metodologia, e considerar a quantidade de transferências da União avaliadas em relação ao total dessas transferências, bem como o custo x materialidade das transferências da União)

4

Nível de atuação nas transferências da União

Fórmula de cálculo: volume de recursos fiscalizados por ano (VRF) / valor total das transferências da União anual





Fiscalização de Infraestrutura ▾



AMBIÇÕES DIGITAIS

(Impactos e resultados esperados)



JORNADA DIGITAL

(Principais marcos que promovem as ambições)



AÇÕES

(Esforço para alcance dos marcos)



INDICADORES



ATORES



PLATAFORMA DIGITAL





VISÃO GERAL »



Alavancagem de fiscalizações de infraestrutura com a incorporação de novas tecnologias



Realização de fiscalizações tempestivas e contínuas ao longo da estruturação e da vida útil dos empreendimentos



Realização de fiscalizações estruturantes com visão sistêmica da infraestrutura

VISÃO GERAL »



VISÃO GERAL



AMBIÇÕES DIGITAIS
Impactos e resultados esperados



JORNADA DIGITAL
Principais marcos que promovem as ambições



Alavancagem de fiscalizações de infraestrutura com a incorporação de novas tecnologias

M1

Cadastro de obras disponível para APF e a sociedade

M2

SAO compartilhado

M8

Redução expressiva dos estoques das unidades

M3

AliceInfra corporativizado e institucionalizado



Realização de fiscalizações tempestivas e contínuas ao longo da estruturação e da vida útil dos empreendimentos

M4

Novo Programa de Fiscalização de Infraestrutura

M5

Referenciais de maturidade e viabilidade de empreendimentos implementados

M7

Obras paralisadas mapeadas e diagnosticadas em tempo real

M10

Acompanhamento das agências reguladoras e ministérios com foco na qualidade dos empreendimentos e serviços prestados



Realização de fiscalizações estruturantes com visão sistêmica da infraestrutura

M3

AliceInfra corporativizado e institucionalizado

M6

Fiscalização contínua e automatizada de editais e orçamentos



Alavancagem de fiscalizações de infraestrutura com a incorporação de novas tecnologias



MARCOS

M1

Cadastro de obras disponível para APF e a sociedade

M2

SAO compartilhado

M8

Redução expressiva dos estoques das unidades

M9

SAO ampliado e institucionalizado



Realização de fiscalizações tempestivas e contínuas ao longo da estruturação e da vida útil dos empreendimentos



MARCOS

M4

Novo Programa de Fiscalização de Infraestrutura

M5

Referenciais de maturidade e viabilidade de empreendimentos implementados

M7

Obras paralisadas mapeadas e diagnosticadas em tempo real

M10

Acompanhamento das agências reguladoras e ministérios com foco na qualidade dos empreendimentos e serviços prestados



Realização de fiscalizações estruturantes com visão sistêmica da infraestrutura



MARCOS

M3

AliceInfra corporativizado e institucionalizado

M6

Fiscalização contínua e automatizada de editais e orçamentos

M1

Cadastro de obras disponível para APF e a sociedade



AÇÕES



1.7) Acompanhar e induzir desenvolvimento do cadastro de obras

M2

SAO compartilhado



AÇÕES



1.7) Acompanhar e induzir desenvolvimento do cadastro de obras



1.8) Induzir compartilhamento das bases de dados

M3

AliceInfra corporativizado e institucionalizado



AÇÕES



1.9) Desenvolver tipologias para Alice com aderência para área de Infraestrutura (AliceInfra)



1.10) Corporativizar AliceInfra

M4

Novo Programa de Fiscalização de Infraestrutura



AÇÕES



2.1) Fiscalizar empreendimentos a partir das fases iniciais de projeto/licitação

M5

Referenciais de maturidade e viabilidade de empreendimentos implementados

AÇÕES



2.5) Realizar auditorias contínuas e automatizadas, utilizando sistemas para análise de orçamentos, editais e georreferenciamento

M6

Fiscalização contínua e automatizada de editais e orçamentos



AÇÕES



2.4) Realizar auditorias contínuas e automatizadas, utilizando sistemas para análise de orçamentos, editais e georreferenciamento



2.5) Utilizar análise de riscos para seleção das fiscalizações

M7

Obras paralisadas mapeadas e diagnosticadas em tempo real



AÇÕES



3.3) Acompanhar as obras paralisadas, anualmente e de forma automatizada, para apurar os motivos das respectivas paralisações (visão sistêmica)

M8

Redução expressiva dos estoques das unidades



AÇÕES



- 1.2) Reduzir estoques de processos por meio do aprimoramento e da implementação de ferramentas de TI

M9

SAO ampliado e institucionalizado



AÇÕES

-  1.4) Automatizar análise das planilhas do fluxo de caixa
-  1.5) Integrar bases de dados da APF e do TCU relacionadas aos temas de desestatização
-  1.6) Concluir e evoluir corporativização do SAO

M10

Acompanhamento das agências reguladoras e ministérios com foco na qualidade dos empreendimentos e serviços prestados



AÇÕES



2.2) Definir e implementar processo de acompanhamento das agências reguladoras e Ministérios supervisores no pós-contrato com foco na qualidade dos empreendimentos e dos serviços prestados

1.1) Usar intensivamente ferramentas digitais e de Inteligência Artificial



- Ter bases de dados confiáveis de editais, contratos e processos (inclusive de outros órgãos) (premissa)
- Interagir e contratar universidades e fundações para tarefas específicas que requeiram alta especialização (premissa)
- Sistematizar e ampliar o uso do GeoControle
- Estimular a produção científica de tecnologia e IA para o controle (ex. acordo de cooperação técnica) (premissa)
- Aumentar a capacidade de identificação de editais usando ferramentas de TI (premissa)
- Tornar o Comprasnet obrigatório para todos que usam recursos federais
- Realizar audiências públicas ou painéis de referência com os Observatórios Sociais, Contas Abertas etc. (premissa)

1.2) Reduzir estoques de processos por meio do aprimoramento e da implementação de ferramentas de TI



- Instruir automaticamente processos de denúncia/representação que não atendam ao exame de admissibilidade e exame sumário
- Utilizar Ferramentas, como a instrução assistida, para facilitar e acelerar o trabalho dos auditores

1.3) Integrar metodologias de trabalho com as ferramentas disponibilizadas pelo TCU (SAO, Conecta etc.)



- Redesenhar processos de trabalho integrados com o objetivo de otimização

1.4) Automatizar análise das planilhas do fluxo de caixa



- Estabelecer padrões mínimos customizados, considerando aspectos dos setores, para o envio dessas informações ao Tribunal (premissa)
- Induzir agências, BNDES e empresas de pesquisa a utilizarem sistemas que permitam a integração e a análise econômico-financeira das desestatizações
- Disponibilizar plataforma para que o jurisdicionado carregue os parâmetros do Fluxo de caixa para viabilizar análise automatizada e adaptada para cada tipo de empreendimento
- Disseminar a utilização do SAO entre os auditores das Seinfras
- Evoluir o SAO para obter parametrização de valores de tipos de obras
- Criar núcleo especializado de auditores experts no SAO para atuar junto nas auditorias (acelerar disseminação e curva de aprendizado)
- Criar módulos de análises de preços paramétricas (RDC - Contratação Integrada)

1.5) Integrar bases de dados da APF e do TCU relacionadas aos temas de desestatização



- Disponibilizar sistema para recebimento de informações dos atores em tempo real
- Integrar base das NF-e abertas à CGU e ao TCU
- Obter dados de CFEM e do SigMine da ANM
- Ampliar as possibilidades de uso do SAO com dados de investimentos e desestatizações de diversos setores (custos operacionais, despesas, etc.)

Integrar ou unificar sistemas do TCU

Unificar Fiscalis, SAO, SOFIA no e-TCU

Viabilizar o uso do GeoControle (imagens de satélite), integrado ao e-TCU e ao banco de dados de obras (grande desafio)

1.6) Concluir e evoluir corporativização do SAO



- Conclusão da primeira versão do SAO corporativo, em desenvolvimento pela STI
- Integrar outras bases de dados além do Sicro e Sinapi, tais como ComprasNet, bases de notas fiscais (preço de mercado)
- Integrar o sistema SAO com outros sistemas do TCU tais como o Fiscalis

1.7) Acompanhar e induzir desenvolvimento do cadastro de obras



- Integrar sistemas com o Ministério da Economia, responsável pelo cadastro
- Acompanhar processualmente o desenvolvimento do cadastro e propor melhorias de forma tempestiva
- Monitorar a fidedignidade das informações atualizadas no cadastro e sancionar, quando necessário (prêmio ou sanção)
- Induzir e possibilitar que a sociedade civil tenha acesso ao cadastro para controle social
- Promover a transparência ativa: determinar que as empresas estatais e os ministérios deem destaque ao cadastro de obras em seus respectivos sites
- Compartilhar o SAO com órgãos e entidades da Adm. Pública, buscando aperfeiçoamento do sistema
- Interagir com as estatais, os ministérios e a CGU para que assumam seu papel nas análises de preços (IN 71/2012)

1.8) Induzir compartilhamento das bases de dados



- Ver junto ao órgão/entidade qual o motivo do não compartilhamento da base (premissa)
- Estabelecer exigência normativa para compartilhamento das bases de dados
- Aplicar sanções aos órgãos que se recusarem a compartilhar suas bases de dados (premissa)

2.1) Fiscalizar empreendimentos a partir das fases iniciais de projeto/licitação



- Receber informações dos empreendimentos em fase de planejamento (editais e planos de negócio) (premissa)
- Realizar fiscalizações com foco na viabilidade e/ou maturidade dos empreendimentos
 - Desenvolver, implementar e disseminar a avaliação da maturidade e da viabilidade de projetos de
- infraestrutura
- Construir referenciais de avaliação da maturidade de empreendimentos em diferentes setores de infraestrutura
- Atuar junto ao Congresso Nacional em relação ao uso das emendas parlamentares na escolha de projetos/ empreendimentos
- Definir sistemática de alimentação de informações gerencias quanto a carteira de projetos das UJs
- Acompanhar o planejamento das UJs quanto aos empreendimentos que estão em fase de estudo de viabilidade com previsão de licitação no prazo de 3 anos

2.2) Definir e implementar processo de acompanhamento das agências reguladoras e Ministérios supervisores no pós-contrato com foco na qualidade dos empreendimentos e dos serviços prestados



- Implantar sistemática de recebimento automático e tempestivo de informações relativas à fase de pós-contrato
- Definir rotinas de avaliação de marcos contratuais
- Criar canal de comunicação ágil com as agências reguladoras
- Integrar bases do TCU com bases de acompanhamento de empreendimentos das agências reguladoras

2.3) Acompanhar as obras paralisadas, anualmente e de forma automatizada, para apurar os motivos das respectivas paralisações



- Integrar sistemas do TCU com plataformas externas (de obras) da Administração Pública
- Produzir relatórios automatizados sobre obras paralisadas, baseados em materialidade e relevância
- Definir critérios e alertas de obras prioritárias paralisadas
- Sistematizar comunicação automática (alertas) com os gestores responsáveis pelas obras, para que possam apresentar os motivos das paralisações
- Criar incentivos para os gestores atualizarem as informações dos sistemas de monitoramento de obras (tipo Simec/Sismob), avaliando a aplicação de sanções para negligências

2.4) Realizar auditorias contínuas e automatizadas, utilizando sistemas para análise de orçamentos, editais e georreferenciamento



- Normalizar no TCU a definição e os aspectos da auditoria contínua
- Integrar com órgãos externos para obter as informações necessárias
- Desenvolver aplicativos e algoritmos junto às áreas de negócio
- Integrar o SAO, o Alice e outros sistemas
- Criar rotina para avaliar consistência de projetos (desenho, cadastros, especificações técnicas etc.) com o uso do BIM (Building Information Modeling)
- Viabilizar o upload de editais no sistema Alice
- Incluir no planejamento operacional ações de controles a partir de insumos gerados no Alice

2.5) Utilizar análise de riscos para seleção das fiscalizações



- Definir as principais etapas e atividades que representam riscos na execução do empreendimento
- Considerar os índices de maturidade e viabilidade do projeto na análise de risco do empreendimento
- Reativar o SAR, com dados sobre os gestores, doações e do andamento da obra
- Criar critérios para análises probabilísticas dos riscos
- Pensar em critérios de análises de oportunidades e conveniência

2.6) Aperfeiçoar o monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações



- Melhorar a usabilidade do SisMon com a criação de alertas para a UT e para o gestor
- Incentivar a inclusão de monitoramentos nos Planos Operacionais das UTs
- Incentivar os gestores a cumprir as determinações do TCU por meio de sanções nos casos graves

2.7) Avaliar a oportunidade de realizar auditorias periódicas da qualidade de obras durante o período de garantia quinquenal para induzir manutenções corretivas e preventivas



- Induzir normatização nos órgãos em relação à avaliação de obras recebidas em definitivo (premissa)



3.1) Aprimorar o conhecimento dos setores e a atuação integrada das Seinfra

- Atuar a partir de um olhar mais amplo da infraestrutura superando a dicotomia fiscalizações de obras versus desestatizações (premissa)
- Analisar o setor de infraestrutura como um todo na identificação das causas raízes dos problemas (premissa)
- Conhecer os setores e atores envolvidos (premissa)
- Conhecer o planejamento dos órgãos jurisdicionados (premissa)
- Verificar a atuação do ministério supervisor, visando auxiliar o cumprimento do planejamento da área (premissa)
- Atuar de forma mais integrada e matricial em relação a políticas públicas interconectadas (premissa)
- Priorizar no Plano Operacional ações com enfoque mais sistêmico do setor ou de áreas relacionadas (premissa)
- Intensificar a atuação conjunta com os demais órgãos do Sistema de Controle (premissa)
- Atuar junto ao Congresso Nacional para que as fiscalizações auxiliem aos projetos de Lei (premissa)
- Atuar de maneira preventiva, permitindo uma sinergia maior entre os diferentes setores (premissa)
- Aumentar parcerias com Universidades e pesquisadores (visão externa especializada) (premissa)
- Integrar a atuação das UTs que possuem o mesmo órgão centralizador em sua clientela (premissa)
- Fiscalizar os controles internos, com foco na avaliação dos processos finalísticos, dos órgãos e entidades responsáveis pela execução das políticas públicas do setor (premissa)

3.2) Reformular o Fiscobras para torná-lo um Programa de Fiscalização de Infraestrutura



- Atuar junto aos gabinetes para apresentar o valor agregado possível a partir da implementação das mudanças no Fiscobras e alinhar expectativas
- Fazer normativos mais amplos, tornando o Fiscobras mais resiliente às mudanças estratégicas dos governos
- Incluir a atuação do TCU e os resultados dos processos de desestatização no Fiscobras
- Incluir outros tipos de fiscalização além das auditorias de conformidade
- Implementar novos indicadores para aferição e comparação dos benefícios do Fiscobras ao longo do tempo
- Aprimorar o acompanhamento dos processos legislativos da área de infraestrutura (premissa)
- Fiscalizar a viabilidade e/ou maturidade dos empreendimentos
- Tornar obrigatória a análise de orçamentos e viabilidade dos projetos

3.3) Acompanhar as obras paralisadas, anualmente e de forma automatizada, para apurar os motivos das respectivas paralisações (visão sistêmica)



- Acompanhar as tratativas dos órgãos para retomada das obras e evitar novas paralisações
- Criar métrica relacionada a evolução das obras que permita o seu acompanhamento de forma objetiva
- Realizar auditorias contínuas
- Interagir (bases de dados e sistemas) com os CREAs e Tribunais de Contas Locais (estaduais e municipais)



Alavancagem de fiscalizações de infraestrutura com a incorporação de novas

- ⌚ 1.1) Usar intensivamente ferramentas digitais e de Inteligência Artificial 
- ⌚ 1.2) Reduzir estoques de processos por meio do aprimoramento e da implementação de ferramentas de TI 
- ⌚ 1.3) Integrar metodologias de trabalho com as ferramentas disponibilizadas pelo TCU (SAO, Conecta etc.) 
- ⌚ 1.4) Automatizar análise das planilhas do Fluxo de caixa 
- ⌚ 1.5) Integrar bases de dados da APF e do TCU relacionadas aos temas de desestatização 
- ⌚ 1.6) Concluir e evoluir corporativização do SAO 
- ⌚ 1.7) Acompanhar e induzir desenvolvimento do cadastro de obras 
- ⌚ 1.8) Induzir compartilhamento das bases de dados 
- ⌚ 1.9) Desenvolver tipologias para Alice com aderência para área de Infraestrutura (AliceInfra)
- ⌚ 1.10) Corporativizar AliceInfra



Realização de fiscalizações tempestivas e contínuas ao longo da estruturação e da vida útil dos empreendimentos

- ⌚ 2.1) Fiscalizar empreendimentos a partir das fases iniciais de projeto/licitação 
- ⌚ 2.2) Definir e implementar processo de acompanhamento das agências reguladoras e Ministérios supervisores no pós-contrato com foco na qualidade dos empreendimentos e dos serviços prestados 
- ⌚ 2.3) Acompanhar as obras paralisadas, anualmente e de forma automatizada, para apurar os motivos das respectivas paralisações 
- ⌚ 2.4) Realizar auditorias contínuas e automatizadas, utilizando sistemas para análise de orçamentos, editais e georreferenciamento 
- ⌚ 2.5) Utilizar análise de riscos para seleção das fiscalizações 
- ⌚ 2.6) Aperfeiçoar o monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações 
- ⌚ 2.7) Avaliar a oportunidade de realizar auditorias periódicas da qualidade de obras durante o período de garantia quinquenal para induzir manutenções corretivas e preventivas 



Realização de fiscalizações estruturantes com visão sistêmica da infraestrutura

- ⌚ 3.1) Aprimorar o conhecimento dos setores e a atuação integrada das Seinfra 
- ⌚ 3.2) Reformular o Fiscobras para torná-lo um Programa de Fiscalização de Infraestrutura 
- ⌚ 3.3) Acompanhar as obras paralisadas, anualmente e de forma automatizada, para apurar os motivos das respectivas paralisações (visão sistêmica) 



ATORES INTERNOS



ATORES EXTERNOS

